

VIII Semana de Ciências Sociais – EFLCH/UNIFESP

**PÁTRIA EDUCADORA? DIÁLOGOS ENTRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS,
EDUCAÇÃO E O COMBATE ÀS OPRESSÕES**

Proposta de Apresentação Oral

Nome: Luana de Paula Perez

E-mail: luana.depaulaperez@gmail.com / **Telefone:** (11) 98450-5312

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza

Pesquisa em andamento: Educação e Luta Política: uma análise sobre a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Palavras-chave: Educação do campo; luta política; intelectuais orgânicos; MST

Nos últimos anos a discussão sobre a educação vem tomando grande relevância na sociedade brasileira. As lutas pelo direito à educação revelam a importância desta como uma fonte poderosa não só de conhecimento, mas de transformação da consciência dos sujeitos. Com o fim do Regime Militar e o processo de redemocratização, a Constituição de 1988 garante que a educação é um direito de todos para o pleno exercício da cidadania.

Esta é uma discussão que permeia toda a sociedade, que abrange todos os indivíduos e acontece de maneira sistemática também dentro dos movimentos sociais. A educação assume papel importante nas pautas centrais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas últimas décadas, e a questão principal é compreender como esta aponta para um novo patamar da luta política e se isso de fato ocorre. Para isso é necessário compreender como o projeto educacional dialoga com o projeto político do movimento e como a educação torna-se importante aspecto para a realização de ações efetivas dos sujeitos do movimento, tanto em prol da luta pela reforma agrária quanto pelas pautas mais atuais, como o embate frente ao agronegócio.

No início da década de 1980, com o surgimento do movimento, a dinâmica da luta dos trabalhadores do campo apontava a implantação de um projeto que possibilitasse a Reforma Agrária e o acesso à terra, com o fim do latifúndio improdutivo. Esse projeto surge com a luta destes por melhores condições de trabalho e pelo embate político-ideológico devido ao momento político pelo qual o país passava, quando então da formação do MST.

Contudo, com o passar dos anos, as lideranças junto com os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra perceberam a importância do acesso à educação, não só como direito de todo cidadão, mas também como parte do processo de fortalecimento da organicidade do movimento.

A educação dentro da proposta dos assentamentos passou por vários momentos de transição e discussão. Lutar pela educação começou a tornar-se parte da identidade do movimento quando se percebeu a importância da educação, não só como direito de todo cidadão, negado às famílias rurais, assim como uma fonte de conhecimento que poderia ajudar a construir a consciência dos assentados sobre sua luta e as demandas do movimento em que estavam inseridos.

A educação para o movimento não acontece apenas pela escolarização, ou transmissão de conhecimentos aplicados, específicos. Essa prática educacional do movimento obedece aos seguimentos escolares, como: educação infantil, ensino fundamental I e II, Ensino Médio, ensino profissionalizante, ensino superior, etc. Mas consideram a educação também como uma das dimensões da formação humana dos indivíduos, em que estes estejam também em consonância com o projeto político do movimento, e com a construção prática e cotidiana que tem como fim uma sociedade mais justa para todos.

No fim da década de 1990, esta questão começou a criar mais corpo nas pautas do movimento e então os primeiros congressos sobre a educação do campo começaram a acontecer. O desafio pelo direito à educação tornou-se uma luta tão importante quanto a luta pela terra. Como diria José de Souza Martins (1994) a demanda por escolas do campo era quase tão radical quanto a decisão pela ocupação de terras, pois numa sociedade cujo modelo de desenvolvimento não requeria formação nas áreas rurais, a educação era um direito negado ao sujeito sem terra.

Nesse contexto, há que se observar que existem contradições bastante intensas no modelo de desenvolvimento no Brasil, uma tendência marcada pela exclusão e pelas desigualdades da população do campo. A lógica, até meados dos anos 2000, era enxergar um mercado emergente predominantemente urbano o que avança para uma consequência explosiva da migração campo-cidade e com isso a crise do emprego e do outro lado a reação camponesa marginalizada que deseja lutar por seu espaço e seu lugar social através da resistência.

É nesse modelo que então a Conferência Nacional Por uma educação Básica do Campo surge e apresenta sua agenda política com uma proposta de educação que visa implementar um projeto de desenvolvimento para inclusão dos sujeitos do campo, além de um direito, até então negado a estes sujeitos. Sendo que o papel da educação, embora a priori tenha um foco específico nas questões educacionais, acaba trazendo um debate mais amplo como, por exemplo, pensar e realizar uma educação vinculada às estratégias de desenvolvimento para o país.

Sendo assim, inicia-se o processo de direcionar a educação para um sentido mais amplo, um processo de formação humana dos indivíduos, com o intuito de construir referências culturais, sociais e políticas para que os sujeitos sejam capazes de intervir em sua realidade social e ter o poder de transformá-la. E por consequência disso a discussão não se fecha no aspecto da escolarização, mas amplia-se o conceito de educação básica para incorporar as inúmeras experiências significativas da educação não formal, de outras práticas educativas, principalmente àquelas ligadas aos grupos existentes no meio rural.

No entanto, as discussões se estreitam ao se pensar num modelo ideal para as escolas do campo e a formação dos indivíduos do movimento. Mesmo sabendo que a escolarização não engloba toda a prática educacional é imprescindível reconhecê-la como um direito fundamental a ser garantido para todos os indivíduos. E o ponto principal desta Conferência é pensar e planejar uma educação que atenda às demandas do meio rural e que ensine as crianças, os jovens e os adultos a se compreenderem enquanto sujeitos do campo, e ainda mais, como sujeitos de sua própria história.

No *Texto Base* da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998) indica que:

A escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, mas para isso precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para a intervenção social nesta realidade. [...] A educação por si só não resolve por si só os problemas do país, nem tão pouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante, se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais, que mexam diretamente no modelo econômico. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998 p. 35).

Com o processo de desenvolvimento capitalista há uma nova concepção de luta no campo que indica um viés de luta contra o agronegócio e a favor da guinada da agroecologia. Com o avanço do capitalismo no campo, o MST passa a identificar que não somente o latifúndio tradicional, mas também as grandes empresas transnacionais que sustentam o agronegócio, que modificam a estrutura da exploração do trabalhador rural e tendem à concentração de terras, também devem ser combatidas. (HILSENBECK FILHO, 2013 p. 86)

Até aqui pôde ser observado que desde o início das discussões sobre a educação surgidas na década de 1990 até os dias atuais, muitas mudanças aconteceram, inclusive nas pautas de luta do movimento. As estratégias da educação tanto nas escolas quanto fora delas tem por objetivo a reforma agrária, mas não só mais ela. A formação da militância passa a corroborar com outros aspectos da luta camponesa como, por exemplo, o caminho para a agroecologia (estilo de produção agrária que não polui e tem como caráter a sustentabilidade).

Numa ação contra hegemônica em que a educação assume o papel de formar para a luta e contra os sistemas e modelos de produção atual, a formação de indivíduos orgânicos ao movimento é um dos aspectos mais importantes dentro do cenário atual. Pois a formação destes impulsiona mudanças na estrutura e na superestrutura da sociedade atual, já que tanto as relações de produção quanto nas relações ideológico-culturais a ação se torna concreta quando os indivíduos conhecem a articulação da sociedade em que estão inseridos e também a direção que pretendem seguir e os objetivos que querem alcançar.

De fato com isso a educação se torna de suma importância na vida social dos indivíduos, militantes, sujeitos do campo, pois busca não só ser a garantia de um direito adquirido. Mas sim, uma educação entendida também como processo de interpretação da realidade para poder transformá-la.

Bibliografia

ARROYO, M. FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BENJAMIN, César. Projeto Popular para o Brasil: na construção do Brasil que queremos. In: *II Assembléia Popular Nacional*. Luziânia, 25 a 28 de Maio, 2010.

CALDART, R. S. “A escola do campo em movimento”. In: *Currículo Sem Fronteiras*, Porto Alegre/RS, 2003 v.3, n 1, pp 60-81.

CALDART, R. S. “Convivência e Coletividade” In: *Escola em Movimento. Instituto de Educação Josué de Castro*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 p. 335-370.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. e BENJAMIN, Cesar Q. “Projeto popular e escolas do campo”. In: *Educação do campo: Por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 1999.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a educação do educador*. São Paulo, Cad. Cedes Campinas, vol. 26, n 70, pág. 311 – 328, set/dez. 2006.

FERNANDES, B; CERIOLI, P; CALDART, R. S. “Bases para a elaboração de uma proposta de Educação Básica do Campo” In: *Conferência Nacional Por uma educação básica do campo – texto base*. Brasília: pp. 24-40, julho 1998.

HILSENBECK FILHO, A. M. *O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes*. Campinas, SP: [sn] 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 56ª Edição. Rio de Janeiro,. Paz e Terra, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. Cap. I pp. 3-23; Cap. II pp.117-157

GRAMSCI, Antonio. *Os Cadernos do Cárcere – Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012. Vol. 3. Caderno 13, pp. 11 – 111.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1994.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino*. São Paulo, Editora Centauro, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM TERRA. *Conferência Nacional Por uma educação básica do campo – texto base*. Brasília, julho 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM TERRA. “Princípios da educação no MST”. In: Caderno de Educação nº8. São Paulo, 1996.

PISTRAK, E. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306-322.